

Sábado, 18 de Abril de 2026

## **Tratamento de dados sensíveis na saúde: desafios e responsabilidades**

**RICARDO MARAVALHAS**

**Ricardo Maravalhas**

A evolução da tecnologia trouxe consigo benefícios significativos para a saúde e os seus cuidados, mas também levantou preocupações importantes sobre privacidade, segurança e ética no uso de informações sensíveis dos pacientes. De acordo com o estudo da *The State of Ransomware in Healthcare 2023*, elaborado pela empresa de cibersegurança Sophos, entre as instituições de saúde avaliadas, 75% tiveram dados criptografados em ataques de ransomware.

Quando falamos sobre informações sensíveis no sistema de saúde, isso engloba históricos médicos, resultados de testes laboratoriais, registros de tratamentos, informações genéticas e diversos outros dados. Esses dados são fundamentais para a prestação de cuidados de saúde eficazes, pesquisa médica e desenvolvimento de políticas de saúde pública, mas exige uma abordagem cuidadosa e responsável em sua coleta, armazenamento e uso.

Um dos principais desafios no tratamento de dados sensíveis na saúde é garantir a segurança e a proteção da privacidade dos pacientes. A violação da privacidade pode ter sérias consequências, incluindo discriminação, estigma social, danos emocionais e até mesmo riscos à saúde do paciente. Portanto, é essencial que os sistemas de saúde implementem medidas robustas de segurança cibernética, como criptografia de dados, firewalls, controle de acesso e monitoramento de atividades suspeitas, para proteger as informações dos pacientes contra acessos não autorizados e ataques cibernéticos.

Além da segurança, também é crucial garantir a conformidade com regulamentações e padrões éticos rigorosos no tratamento de dados sensíveis na saúde. Em muitos países, existem leis específicas de proteção de dados como é o caso da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil e a Lei de Portabilidade e Responsabilidade de Seguros de Saúde (HIPAA) nos Estados Unidos, que estabelecem diretrizes claras para o uso e compartilhamento de informações de saúde. As organizações desse importante segmento devem garantir que estejam em conformidade com essas regulamentações e que tenham políticas e procedimentos adequados para que possam melhorar os trâmites internos referente ao tratamento de dados pessoais.

Nesse cenário, é essencial promover a transparência e a prestação de contas no tratamento de dados sensíveis na saúde. Os pacientes têm o direito de saber como suas informações estão sendo usadas e com quem estão sendo compartilhadas. As organizações de saúde devem ser transparentes sobre suas práticas de coleta e uso de dados e devem fornecer aos pacientes mecanismos para acessar, corrigir ou excluir suas informações, quando necessário. Além disso, as organizações de saúde devem ser responsabilizadas por qualquer uso indevido ou violação de dados e devem estar preparadas para tomar medidas corretivas imediatas e fornecer compensação adequada.

À medida que avançamos para uma era de medicina personalizada e saúde digital, é fundamental encontrar soluções inovadoras que permitam o uso ético e responsável de dados sensíveis na saúde, ao mesmo tempo em que protegem os direitos e interesses dos pacientes. Isso requer uma colaboração contínua entre os setores público e privado, bem como o envolvimento ativo dos pacientes e da sociedade civil na definição de políticas e práticas que equilibrem os imperativos da inovação e da privacidade na era digital.

**Ricardo Maravalhas** é fundador e CEO da DPOnet, empresa com mais de 3000 clientes, que nasceu com o propósito de democratizar, automatizar e simplificar a jornada de conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) por meio de uma plataforma SaaS completa de Gestão de Privacidade, Segurança e Governança de Dados, com serviço de DPO embarcado, atendimento de titulares, que utiliza o conceito de Business Process Outsourcing (BPO) e IA integrada (DPO Artificial Intelligence).